

bwizer

M A G A Z I N E

Director: Hugo Belchior · Número 18 · novembro 2022 · Quadrimestral · Gratuita

A variável determinante no alto rendimento: o lado mental

Por Pedro Assis

Mantermo-nos atualizados não tem de ser difícil

Por Tim Rowland

À conversa com

António Lopes

Bastonário da Ordem dos Fisioterapeutas

“O meu único propósito é construir um futuro melhor para a profissão, com o objetivo de a dignificar e de prestarmos melhores cuidados à população.”

A Fisioterapia na promoção do Trabalho Sustentável: a experiência num contexto real

João Valeriano

Enfermagem de anestesiologia – uma área em constante evolução e expansão

Por Jorge Moreira

À Conversa com ...

António Lopes, Bastonário da Ordem dos Fisioterapeutas



Senhor Bastonário, tomou posse há alguns meses, a par dos restantes órgãos da Ordem dos Fisioterapeutas (OF), formalizando assim o arranque da Ordem dos Fisioterapeutas. Que balanço faz deste período?

Este período, foi, como previsto, centrado na criação de condições de funcionamento da estrutura orgânica e de serviços básicos da Ordem.

A opção pela desmaterialização dos processos administrativos foi uma aposta da Comissão Instaladora, que decidimos prosseguir. O nosso propósito foi o de consolidar as infraestruturas informáticas e dotar os serviços com os recursos humanos e de gestão, que garantam as funções essenciais da vida da organização, de uma forma estável, para além dos dirigentes eleitos neste primeiro mandato. Isto é, decidimos pensar na criação de uma infraestrutura profissionalizada, que permita manter o funcionamento regular das funções básicas da Ordem, independentemente dos dirigentes eleitos.

Que principais concretizações destacaria até agora?

Nesta fase, há muito trabalho desenvolvido que não tem visibilidade imediata.

Em termos de medidas com mais impacto para os membros destacaria a consolidação do processo de inscrição dos membros. A Ordem passou também a ter responsabilidade no que respeita aos colegas com formação fora do país, assumiu a emissão da carteira profissional

européia. Neste âmbito, importa destacar o facto de o registo dos membros ser permanentemente atualizado, com os pedidos de suspensão ou cancelamento, e de haver na página da Ordem um diretório atualizado dos membros ativos, bem como estatísticas demográficas com atualização automática.

Concretizámos ainda a emissão e o envio de mais de oito mil cédulas de Fisioterapeuta, em formato de cartão, e a criação de vinhetas identificativas.

Vale a pena mencionar o sistema de pagamento de quotas, que já fornece todos os meios disponíveis (MBWay, multibanco, débito direto, transferência bancária e cartão de crédito) e adjudicámos o seguro de responsabilidade civil profissional que lhe está associado.

Todos estes aspetos estão diretamente relacionados com a função da Ordem em regular o acesso ao título profissional. Antes da existência da Ordem essa função era assumida pela Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), de forma mais limitada, pelo que penso que será justo afirmar que neste âmbito há uma clara evolução positiva.

Sobre a regulação do exercício profissional propriamente dita, e cumprindo o nosso plano de atividades para 2022, (que está disponível para consulta na área reservada aos membros do site da Ordem), estão em desenvolvimento o regulamento disciplinar, o código deontológico e o

“(...) estão em desenvolvimento o regulamento disciplinar, o código deontológico e o regulamento do exercício, que incluirá uma atualização do perfil profissional de Fisioterapeuta.”

regulamento do exercício, que incluirá uma atualização do perfil profissional de Fisioterapeuta. Todos estes documentos serão apresentados ao Conselho Geral, a quem caberá decidir o seu envio para consulta pública, altura em que todos os Fisioterapeutas poderão e deverão pronunciar-se sobre o seu conteúdo, antes de voltarem ao Conselho Geral para aprovação final.

Grande parte da atividade da Ordem, ao longo deste ano, tem ocorrido no plano interno da organização dos serviços, tendo sido criada uma série de regulamentos de funcionamento, como por exemplo o Regulamento de Ajudas de Custo, o Regulamento de Remunerações e Senhas de Presença, o Regulamento de Admissão de Pessoal, o Regulamento de Aquisições, mas, como referi, não têm propriamente visibilidade para o exterior.

Simultaneamente, temos estado a trabalhar na preparação do plano para 2023, onde assumem destaque a criação de um sistema de avaliação e acreditação da formação contínua e pós-graduada, a criação do quadro de especializações e a preparação das eleições para os órgãos regionais.

Quais as principais dificuldades que tem encontrado na criação, desde o zero,

desta instituição?

Não foram propriamente dificuldades, foram sobretudo condicionantes.

De início, a questão da contratação de colaboradores, e a criação de uma dinâmica de funcionamento dos serviços. A estrutura que herdámos da Comissão Instaladora estava muito centrada no processo de inscrição e as funções da Ordem são muito mais vastas.

Noutro plano, a necessidade de cumprimento das regras da contratação pública obrigou a ter de cumprir um conjunto de procedimentos de consulta e definição de protocolos de ação, que agora estão mais rotinados, mas que de início foram uma condicionante à rapidez da concretização das deliberações.

Por outro lado, face à multiplicidade de regulamentos interdependentes que estavam simultaneamente em elaboração, ter de assumir decisões inadiáveis na fase de elaboração dos próprios regulamentos.

No entanto, nada que não fosse expectável, quando assumimos funções.

Como tem a OF organizado a estrutura de funcionamento interno? Tem criado grupos de trabalho técnico? Contrata assessoria externa? Em que áreas tem dedicado maior investimento de estudo e planeamento?

A nossa atenção tem estado concentrada na criação das condições de funcionamento regular e profissionalizado dos serviços essenciais, de suporte à atividade da Ordem.

Estamos organizados em três planos de macroprocessos: integradores, nucleares e de suporte.

Nos macroprocessos integradores, incluem-se a governação, os estudos e planeamento e a investigação, por exemplo.

Neste âmbito criámos o Gabinete de Estudos e Planeamento, uma estrutura estável, de natureza consultiva, que é liderada por Fisioterapeutas doutorados com perfil de investigação, e, por sua proposta, poderemos recorrer a consultoria externa especializada.

Os macroprocessos nucleares incluem as funções essenciais da Ordem, como sejam o acesso à profissão, o aconselhamento profissional, a

informação e o apoio ao cidadão, a especialização ou as delegações regionais. Temos ainda o gabinete de apoio ao membro, no qual nos encontramos a desenvolver condições para a criação de parcerias, para a divulgação de ofertas de empregos, a criação de comissões consultivas de Fisioterapeutas para apoio técnico-científico e um Fundo de Solidariedade Social para os membros da Ordem.

Aqui será fundamental referir o papel da Comissão Técnica de Admissão, com caráter permanente, constituída por Fisioterapeutas doutorados com experiência de avaliação e desenvolvimento curricular, que analisa as candidaturas e propõe à Direção a admissão ou não dos candidatos.

Os macroprocessos de suporte, por sua vez, englobam os serviços de informação (informática), a comunicação, o apoio jurídico, os recursos humanos, os recursos patrimoniais e financeiros, o centro de recursos e arquivo documental, entre outros. A este nível, a profissionalização é completa.

Face à multiplicidade de projetos e objetivos, foi também solicitado apoio de consultoria a colegas ou individualmente ou criando alguns grupos de trabalho de caráter consultivo, em função das temáticas, e em particular para a elaboração dos documentos estruturantes do processo de regulação da profissão.

Dizia-se que o número de fisioterapeutas estaria algures entre os 10 e os 12 mil, porém, segundo a informação disponibilizada no site da Ordem, estão inscritos menos de 9 mil. A que se deve este desvio? Há ainda fisioterapeutas a trabalhar e que não estão inscritos na ordem?

Os números de registos na ACSS comportam dados acumulados desde o ano de 2000, tornando-se difícil saber ao certo quantos estavam ativamente a exercer a profissão, no momento da transição da responsabilidade do registo para a Ordem. A Comissão Instaladora enviou uma mensagem a todos os inscritos na ACSS e estamos a confrontar esses dados de registo com os da Ordem, e a tomar medidas no sentido de apurar quantos deixaram de exercer a profissão, ou estão no estrangeiro.

Mas importa referir que esperamos chegar ao final de 2022 com dez mil inscritos.

O que acontecerá aos fisioterapeutas não inscritos? Que risco correm?

Temos desenvolvido um conjunto de iniciativas de sensibilização tanto dos profissionais como das entidades empregadoras no sentido de promover a inscrição de todos os Fisioterapeutas que estão atualmente em atividade. Queremos evitar avançar para medidas de sancionamento, mas, naturalmente, temo-lo feito sempre que nos chegam denúncias comprovadas de exercício por parte de pessoas que, mesmo que academicamente habilitadas, não estejam inscritas na Ordem.

É sabido que as redes sociais são propícias às críticas, porém, é inequívoco que se vão escutando algumas críticas à Ordem, desde logo face ao valor das quotas. O que tem a dizer sobre este aspeto?

O valor base da quota, para quem paga o valor anualmente, foi colocado em 10,80€, que é um dos mais baixos na área da saúde.

Existem vários fatores essenciais que foram explicados na apresentação da proposta da Direção, aprovada pelo Conselho Geral:

– Há um conjunto de despesas de funcionamento (orçamento) que são repartidas pelo número total de membros, pelo que é redutor comparar diretamente o valor da quota de uma Ordem com 10 mil membros, como a nossa, com outras com 40 ou 60 mil.

– O valor proposto teve como base uma proposta de orçamento que garantisse os meios essenciais para se concretizar a fase de implantação da Ordem, em que não é previsível a existência de outras fontes de rendimentos para além das inscrições e quotizações, sendo progressivamente avaliada a execução dos primeiros orçamentos, para se aferir

“Temos desenvolvido um conjunto de iniciativas de sensibilização tanto dos profissionais como das entidades empregadoras no sentido de promover a inscrição de todos os Fisioterapeutas que estão atualmente em atividade.”

da adequação do valor.

- O valor da quotização engloba ainda o seguro de responsabilidade civil profissional em vigor para todos os membros da Ordem e que, se fosse contratualizado individualmente, corresponderia a uma prestação igual ou superior a 50% do valor da quota anual.

Importa referir que a nossa proposta de orçamento para o próximo ano é a de manter o valor de quotização, independentemente do valor da inflação que se venha a verificar.

Por outro lado, estamos empenhados em que os membros, progressivamente, percebam os benefícios resultantes da inscrição na Ordem, e avaliem de forma mais positiva o investimento que fazem ao pagar as quotas.

Pelo diálogo que temos tido com dirigentes de outras Ordens, percebemos que os primeiros anos são de grande investimento em infraestruturas, incluindo no plano da aquisição de instalações próprias, e as eventuais reduções ocorrem em fases já de exercício consolidado, ao fim de alguns anos.

Discute-se muito questões de usurpação de funções, de limites de competência e responsabilidade profissional. Em que ponto de funcionamento se encontra o conselho jurisdicional e o que é possível esperar da sua atuação sendo que não há jurisprudência até hoje?

É importante separar as questões de usurpação de funções, que configuram queixas contra pessoas que, não sendo Fisioterapeutas, fazem tratamento que só podem ser feitos pelos fisioterapeutas, das questões de relacionadas com queixas contra a atuação de Fisioterapeutas inscritos na Ordem.

O Conselho Jurisdicional está em pleno funcionamento e tem vindo a apreciar os casos de queixas entradas na Ordem contra Fisioterapeutas inscritos. Até ao momento, estes processos, que foram cerca de 20, foram todos considerados como não procedentes e arquivados depois de cumpridos todos os procedimentos legais.

O Conselho Jurisdicional só tem capacidade de intervenção junto dos membros inscritos, pelo que as questões relacionadas com as denúncias de usurpação de funções, têm sido tratadas

pela Direção e pelo Gabinete Jurídico.

Os processos de denúncia de usurpação de funções são feitos junto do Ministério Público, e requerem uma fundamentação detalhada, de forma a poderem ser bem-sucedidos, pois no caso de falta de provas, poderá haver uma reação dos visados em termos de ação cível, com pedido de indemnização.

As situações são muito variadas e a Direção está a trabalhar com o Gabinete Jurídico no sentido de tipificar as várias situações e criar linhas orientadoras para que estes tipos de denúncias sejam feitos de forma devidamente fundamentada e consistente.

A Direção da Ordem tem respondido também a pedidos de esclarecimento de tribunais, e de outras entidades, acerca das competências dos Fisioterapeutas.

Acha que continua a haver desconhecimento da comunidade de fisioterapeutas sobre o papel da sua Ordem? Para clarificar: o que se pode (e não pode) esperar da Ordem?

Sim, os problemas sentidos pelos fisioterapeutas são múltiplos e de natureza diversa, e, compreensivelmente, as suas expectativas estão centradas na resolução desses seus problemas. Muitos estão relacionados com as questões salariais, estabilidade no emprego e das condições laborais. Recordo que, sendo matérias do domínio sindical, estão expressamente vedadas à Ordem. À Ordem compete promover a dignidade do exercício da profissão e estamos a trabalhar nesse sentido, mas sobretudo compete a regulação do exercício e a promoção e defesa da qualidade dos cuidados prestados aos utentes.

O nosso plano de atividades foi construído com base em objetivos estratégicos que decorrem diretamente das funções e competências da Ordem. A sua leitura esclarece o que se pode esperar da Ordem.

A Ordem é o organismo representativo dos Fisioterapeutas portugueses e será a sua voz, nos planos nacional e internacional.

A OF é muito mais do que o Bastonário. Como é a sua articulação com os restantes órgãos?

A minha relação, no plano pessoal, é claramente a melhor possível.

“(...) a nossa proposta de orçamento para o próximo ano é a de manter o valor de quotização, independentemente do valor da inflação que se venha a verificar.”

Mas o Bastonário é também o presidente da Direção, e, a esta, compete criar as condições para o adequado funcionamento dos restantes órgãos, e implementar as respetivas deliberações. Diria que estamos numa fase de construção da identidade, e está em curso um processo próprio de desenvolvimento de cada um dos órgãos sociais, que, pela sua natureza e dimensão, tem sido diferenciado. Na Direção, temos estado empenhados em criar e garantir as condições básicas de funcionamento de todos os órgãos, respeitando as funções específicas e complementares de cada um, mas o balanço concreto terá de ser feito pelos próprios membros dos vários órgãos. Não me parece adequado ser eu a fazê-lo.

Como está o processo de criação dos órgãos regionais?

A responsabilidade desse processo é do Conselho Geral, competindo à Direção criar as condições para que o processo decorra com normalidade. Esse será um dos objetivos a cumprir em 2023 e será incluída no Plano de Atividades e Orçamento para 2023 uma proposta sobre os pressupostos de funcionamento e financiamento dos órgãos regionais. Está previsto que as eleições ocorram no prazo de dois anos após a tomada de posse dos primeiros órgãos eleitos, isto é, deverão ter lugar antes de 15 de dezembro de 2023.

É sabido que a criação da OF não foi bem recebida por vários atores da área da saúde, incluindo outras ordens profissionais. Já teve a oportunidade de reunir com algumas destas entidades? Como é a relação institucional?

Temos tido uma relação de trabalho próxima e mais frequente com as Ordens dos Psicólogos, dos Médicos Dentistas, dos Farmacêuticos, e dos Nutricionistas, mas temos tido contacto e participado em reuniões em que participam delegações das Ordens dos Médicos e dos Enfermeiros, e que têm decorrido com toda a cordialidade.

A Medicina Física e de Reabilitação e a Fisioterapia têm um passado de alguma tensão. Qual a sua perspectiva sobre a relação entre estas duas áreas. Há lugar para as duas?

A nossa identidade e autonomia profissional em nada colide com a identidade e autonomia das outras profissões de saúde ou especialidades dessas profissões. Todas as profissões são essenciais e complementares, sobretudo na área da saúde.

A relação dos Fisioterapeutas é, em primeira instância, com a profissão médica, e por consequência com todas as suas especialidades, aí se incluindo a Medicina Física e Reabilitação.

Somos profissões autónomas, com contributos diferenciados, e temos de nos respeitar mutuamente. Só posso estar confiante numa colaboração profícua, centrada na prestação dos melhores cuidados aos utentes, e na eficiência dos serviços de saúde, tal como se verifica noutros países.

O elenco governativo na área da Saúde sofreu alterações. O que aguarda desta renovação ministerial e, em particular, o que pensa sobre o novo estatuto do SNS?

Sempre que entra uma nova equipa ministerial temos simultaneamente uma fase de abordagem e de necessidade de explicação dos nossos objetivos, mas abre-se também uma nova oportunidade de diálogo, com novos interlocutores.

Sobre o novo estatuto do SNS temos claras expectativas positivas, mas teremos de esperar ainda pela legislação complementar. De qualquer forma, a nossa atitude será a de promover, de forma consistente, a acessibilidade e afirmação da Fisioterapia e dos Fisioterapeutas.

Apesar da sua eleição ter acontecido com uma maioria bastante confortável (64% dos votos), a campanha não deixou de ser um período de disputa e tensão. Crê que as duas visões que se defrontaram traduzem duas sensibilidades muito diferentes e que poderão evoluir para um aprofundamento dos conflitos no seio da profissão?

Estes primeiros mandatos, tal como aconteceu noutras Ordens, são necessariamente centrados na criação de condições estruturais de funcionamento e

de criação dos mecanismos de regulação do exercício profissional que competem institucionalmente à Ordem. Podem discutir-se protagonistas, mas os grandes objetivos a atingir não podem ser muito diferentes. Tenho trabalhado centrado no desenvolvimento das funções estatutárias da Ordem, e com todos os colegas, em função das competências que lhes reconheço, e da sua disponibilidade de colaboração, independentemente de terem feito, ou não, campanha a meu favor.

O meu único propósito é construir um futuro melhor para a profissão, com o objetivo de a dignificar e de prestarmos melhores cuidados à população.

Como é o seu dia-a-dia agora que é Bastonário e quanto isso afetou a sua vida?

Sempre tive uma vida muito ocupada, roubando tempo à família, e isso manteve-se.

Desde que iniciei a atividade docente, em 1980, sempre consegui conciliar as aulas com outras atividades, incluindo as associativas, nacionais e internacionais, mas isso já não é possível agora, nestas funções, com as solicitações de reuniões e outros compromissos marcados a curtas distâncias. Por isso, embora me mantenha em funções docentes, tive de pedir, este ano, a dispensa da atividade letiva direta, o que constituiu, depois de 42 anos, uma alteração substantiva na minha vida.

Se pudesse dizer uma coisa a cada um dos fisioterapeutas, incluindo aqueles que o criticam, o que diria?

A identidade e o prestígio social da profissão vão sendo confirmados na existência da nossa Ordem, e na atividade que os seus dirigentes souberem desenvolver. Mas a afirmação da nossa identidade, e do nosso valor, são conquistados no dia a dia, sessão a sessão, por cada um de vós, ao contribuírem para resolver os problemas dos vossos utentes, e ao melhorarem a sua respetiva qualidade de vida. Como Bastonário, conto com o vosso contributo. Contem também comigo!

** fotografia: crédito Ordem dos fisioterapeutas*

